

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA e o  
PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Centro de Pastoral Vergueiro  
N.º 12.07.85  
BIBLIOTECA

A questão da Reforma Agrária é uma questão política. No debate que hoje se trava a nível nacional em torno da questão, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, apresenta seus pontos de vista ao governo e à opinião pública.

1. Partimos do pressuposto de que o Governo Federal elaborou e apresentou ao País o Plano Nacional de Reforma Agrária, PNRA, com a intenção de executá-lo, honrando assim os compromissos assumidos durante a campanha da Aliança Democrática para a eleição presidencial no extinto Colégio Eleitoral.

Mesmo considerando as limitações do PNRA ora em discussão, não nos surpreendemos com a onda de reações e ameaças dos latifundiários, veiculadas fartamente pela grande imprensa. O objetivo dessa reação em cadeia, por parte dos senhores da terra, é claro: semear o passionalismo e a confusão, impedindo dessa forma a discussão séria e profunda deste problema central da crise brasileira e o encaminhamento de soluções corajosas e democráticas.

2. Os trabalhadores rurais, o movimento sindical e a CPT junto com eles, conhecem há muito a truculência dos latifundiários. Só no ano de 1984, 116 lavradores e líderes sindicais foram assassinados por seus esbirros em conflitos pela posse da terra.

A gritaria orquestrada contra o tímido PNRA do Governo Federal, revela que a classe dos latifundiários ficou a descoberta. Está isolada na tentativa de manter a qualquer custo - inclusive com a utilização de exércitos particulares - os seus privilégios. Os grandes senhores de terra foram cevados durante 20 anos de regime militar com uma política de incentivos fiscais e de crédito que favoreceu a concentração da terra e fortaleceu o seu poder político.

Hoje, se sentem com forças para desafiar a imensa maioria da nação que exige uma Reforma Agrária imediata que modernize e democratize a propriedade rural no Brasil.

3. A questão da Reforma Agrária no Brasil tem girado, nos últimos anos, em torno do Estatuto da Terra, de 30 de novembro de 1964. O PNRA se inspira no Estatuto da Terra, que não responde aos interesses dos trabalhadores rurais.

Reunidos no IV Congresso Nacional, realizado em Brasília, de 25 a 30 de maio de 1985, os trabalhadores rurais fixaram algumas reivindicações que vão além das limitações do PNRA:

- Extinção imediata do GETAT e GEBAM e revogação das exposições de motivos 005 e 006 do Conselho de Segurança Nacional;
- Legalização das ocupações de terra feitas pelos trabalhadores, ouvido o movimento sindical;
- Desapropriação de empresas rurais, considerando que os latifundiários têm usado expediente de oficializar nos cartórios os seus estabelecimentos como empresas rurais;
- Estabelecimento da área máxima para as propriedades rurais como forma de impedir o crescimento do latifúndio;

- Desarmar as milícias particulares, apurar e punir os assassinatos de trabalhadores rurais e líderes sindicais.

Ao fixar essas reivindicações imediatas, os trabalhadores e seu movimento sindical deixam claro que o PNRA deve ser mais arrojado para alcançar o objetivo de democratizar a estrutura fundiária do país, rompendo com o monopólio da terra.

Fazemos nossas as reivindicações dos trabalhadores. Porque entendemos que a terra não deve permanecer concentrada nas mãos de uma classe de parasitas que não a utiliza produtivamente, mas, com fins especulativos. O país, assolado pela fome, deve garantir aos trabalhadores a terra necessária para viver e produzir os alimentos necessários à população.

4. Ao lançar o PNRA, o Governo Federal se dispõe a enfrentar o seu primeiro dilema de vulto. Ou encontra canais para estabelecer o suporte político necessário à consecução da Reforma Agrária e honra seus compromissos de mudança; ou se rende às pressões da minoria de latifundiários que rejeita as exigências do conjunto da Nação e se desmoraliza.

5. Concluimos reafirmando a posição recentemente expressa por nós ao Ministro Nelson Ribeiro: A Reforma Agrária só se faz com a sustentação política; os proprietários são contra, não podem ser convocados como co-autores de um programa de Reforma Agrária. Por outro lado, para contar com os trabalhadores é necessário reconhecer suas conquistas e ouvir suas sugestões, a fim de se conseguir as modificações necessárias na estrutura agrária.

De nossa parte, a contribuição continuará dirigida para reforçar a organização autônoma dos trabalhadores, sempre dispostos a fazer o que for necessário para que os camponeses conquistem a terra de trabalho que necessitam para viver.

Fiéis à orientação de ser serviço aos trabalhadores, de acordo com os documentos da CNBB (especialmente "Igreja e Problemas da Terra", 1980), reafirmamos aqui a nossa disposição de continuar a luta pela democratização da estrutura fundiária do Brasil.

Goiânia, aos 10 de junho de 1985.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: